

CAPÍTULO 6

categorias de pensamento e categorias de língua⁽²⁴⁾

Fazemos da língua que falamos usos infinitamente variados, cuja só enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano. Na sua diversidade, esses usos têm entretanto dois caracteres em comum. Um consiste em que a realidade da língua permanece, via de regra, inconsciente; excetuado o caso de estudo propriamente lingüístico, não temos senão uma consciência fraca e fugidia das operações que efetuamos para falar. O outro consiste em que, por mais abstratas ou particulares que sejam as operações do pensamento, recebem expressão na língua. Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos. Daí procede esta convicção, largamente divulgada e ela própria inconsciente como tudo o que diz respeito à linguagem, de que pensar e falar são duas atividades distintas por essência*...que--se--conjugam--pela necessidade --prática da comunicação, mas que têm cada uma o seu domínio e as suas possibilidades independentes, consistindo as da língua nos recursos oferecidos ao espírito para o que chamamos a expressão do pensamento. Esse é o problema que encaramos sumariamente aqui, sobretudo para esclarecer algumas ambigüidades pelas quais a própria natureza da linguagem é responsável.

Seguramente a linguagem, na medida em que é falada, emprega-se para comboiar “o que queremos dizer”. Mas isso a que

• 24. *Les études philosophiques*, n.º 4 (out.-dez. 1958), Paris, P.U.F.

chamamos “o que queremos dizer” ou “o que temos no espírito” ou “o nosso pensamento” (seja como for que o designemos) é um conteúdo de pensamento, bem difícil de definirem si mesmo, a não ser por características de intencionalidade, ou como estrutura psíquica, etc. Esse conteúdo recebe forma quando é enunciado, e somente assim. Recebe forma da língua e na língua, que é o conteúdo de toda expressão possível; não pode dissociar-se dela e não pode transcendê-la. Ora, essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de “signos” distintos e distintivos, susceptíveis, eles próprios, de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas. Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua forma ao conteúdo de pensamento. Para tornar-se transmissível, esse conteúdo deve ser distribuído entre morfemas de certas classes, organizadas numa certa ordem, etc. Enfim, esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros. De outro modo o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere. A forma lingüística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua. Fora isso, não há senão obscura volição, impulso que se descarrega em gestos, rítmica. Isso quer dizer que a questão de saber se o pensamento pode dispensar a língua ou contorná-la como um obstáculo, por menos que se analisem rigorosamente os dados em pauta, aparece destituída de sentido.

Entretanto, não existe ainda, aí, senão uma relação de fato. Apresentar esses dois termos, *pensamento* e *língua*, como solidários e mutuamente necessários não nos indica a forma pela qual são solidários, nem a razão por que os julgaríamos indispensáveis um ao outro. Entre um pensamento que não se pode materializar a não ser na língua e uma língua que não tem outra função a não ser “significar”, quereríamos estabelecer uma relação específica, pois é evidente que os termos confrontados não são simétricos. Falar de continente e conteúdo é simplificar. A imagem não deve enganar. Estritamente falando, o pensamento

não é u'a matéria à quaí a língua emprestaria forma, pois em nenhum momento esse "continente" pode ser imaginado vazio do seu "conteúdo", nem o "conteúdo" como independente do seu "continente".

A questão, pois, vem a ser a seguinte. Mesmo admitindo que o pensamento não pode ser captado a não ser formado e atualizado na língua, teremos o meio de reconhecer no pensamento caracteres que lhe sejam próprios e que não devam nada à expressão lingüística? Podemos descrever a língua em si mesma. Seria necessário também atingir diretamente o pensamento. Se fosse possível atingir o pensamento por meio de traços que lhe pertençam exclusivamente, veríamos ao mesmo tempo como se ajusta ele à língua e de que natureza são as suas relações.

Parece útil abordar o problema por via das "categorias" que aparecem como mediadoras. Não apresentam o mesmo aspecto sejam categorias de pensamento ou categorias de língua. Essa própria discordância poderia esclarecer-nos sobre a sua respectiva natureza. Por exemplo, discernimos imediatamente que o pensamento pode especificar livremente as suas categorias, instaurar novas, enquanto as categorias lingüísticas, atributos de "um sistema que cada locutor recebe e conserva, não são modificáveis segundo o capricho de cada um; vemos esta outra diferença: que o pensamento pode pretender apresentar categorias universais, mas que as categorias lingüísticas são sempre categorias de uma língua particular. À primeira vista, isso confirmaria a posição superior e independente do pensamento em relação à língua.

Não podemos continuar, entretanto, depois de tantos estudos, a apresentar o problema em termos assim gerais. Precisamos entrar no concreto de uma situação histórica, escutar as categorias de um pensamento e de uma língua definidos. Somente com essa condição evitaríamos as tomadas de posição arbitrárias e as soluções especulativas. Ora, temos a sorte de dispor de dados que se diria estarem prontos para o nosso exame, elaborados e apresentados de maneira objetiva, integrados num conjunto conhecido: são as categorias de Aristóteles. Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e conse-

qüentemente como a lista dos conceitos *a priori* que, segundo ele, organizam a experiência. É um documento de grande valor para o nosso objetivo.

Lembremos em primeiro lugar o texto essencial, que dá a mais completa lista dessas propriedades — dez no total — (*Categorias*, cap. IV^{2:2>}):

"Cada uma das expressões que não entram numa combinação significa: a *substância*; ou *quantoz-OU^qual*; ou *relativamente a que*; ou *onde*; ou *quando*; ou *(estar em posição)*; ou *estar em estado*; ou *fazer*; ou *sofrer*. "Substância", por exemplo, em geral, "homem"; "cavalo"; — "quanto", por exemplo, "de dois côvados; de três côvados"; — "qual", por exemplo, "branco; instruído"; — "relativamente a que", por exemplo, "duplo; meio; maior"; — "onde", por exemplo, "no Ginásio; no mercado"; — "quando", por exemplo, "onem; no ano passado"; — "estar em posição", por exemplo, "está deitado; está sentado"; - "estar em estado", por exemplo, "está calçado; está armado"; — "fazer", por exemplo, "corta; queima"; — "sofrer", por exemplo, "é cortado; é queimado".

Aristóteles apresenta assim a totalidade dos predicados que se podem afirmar do ser, e visa a definir a conotação lógica de cada um deles. Ora, parece-nos. — e tentaremos demonstrá-lo — que essas distinções são em primeiro lugar categorias de língua e que de fato Aristóteles, raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa. Por menos que se preste atenção ao enunciado das categorias e aos exemplos que as ilustram, essa interpretação, aparentemente ainda não proposta, se verifica sem grandes comentários. Passaremos em revista, sucessivamente, os dez termos.

Quer se traduza *obom* por "substância" ou por "essência" pouco importa aqui. É a categoria que dá à pergunta "o quê?" a resposta "homem" ou "cavalo", portanto espécimes da classe lingüística dos nomes, indicando objetos, quer sejam conceitos ou

25. Era inútil reproduzir o texto original, uma vez que todos os termos gregos são citados a seguir. Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores.

indivíduos. Voltaremos um pouco mais tarde ao termo *obaív*, para denotar esse predicado.

Os dois termos seguintes, *noaón* e *noión*, fazem par. Referem-se ao “ser-quantésimo”, donde o abstrato *nooózgç*, “quantidade”, e ao “ser-qual”, donde o abstrato *noiórzjç*, “qualidade”. O primeiro não visa propriamente o “número”, que não passa de uma das variedades do *nocrón*, mas mais geralmente a tudo o que é susceptível de medida; a teoria distingue assim as “quantidades” discretas, como o número ou a linguagem, e “quantidades” contínuas, como as retas, ou o tempo ou o espaço. A categoria do *noión* engloba a “qualidade” sem aceção de espécies. Quanto aos três seguintes, *npóç zi*, *nob*, *nozé*, equivalem sem ambigüidade à “relação”, ao “lugar” e ao “tempo”.

Demoremos a nossa atenção sobre essas seis categorias na sua natureza e no seu agrupamento. Parece-nos que esses predicados correspondem não a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. A noção de *oboíoc* indica a classe dos substantivos. A *noaón* e *noión*, citados juntos, correspondem não só a classe dos adjetivos em geral, mas especialmente dois tipos de adjetivos que o grego associa estreitamente. É desde os primeiros textos, e antes do despertar da reflexão filosófica, que o grego juntava ou opunha os dois adjetivos *nóaoi* e *noíoi* com as formas correlativas *ðaoç oíoiç* assim como *zóaoç* e *zōwç*⁽²⁶⁾. Eram formações bem enraizadas em grego, derivadas uma e outra de temas pronominais e das quais a segunda foi produtiva: além de *oíoiç*, *noiōç*, *zoibç*, temos *àXXoíoiç ópoíoiç*. Assim, é bem dentro do sistema das formas da língua que se fundam esses dois predicados necessários. Se passamos ao *npóç zi*, encontramos ainda por detrás da “relação” uma propriedade fundamental dos adjetivos gregos, a de fornecer um comparativo (*gsiçōv*, dado aliás como exemplo) que é a forma “relativa” por função. Os dois outros exemplos, *ðinmáioiv*, *fjpiov* marcam a “relação” de maneira diferente: é o conceito de “duplo” ou de “meio” que é relativo por definição, enquanto é a forma de *peiçov* que indica a “relação”. Quanto a *nob*, “onde”, e *nozé*,

26. Não consideramos aqui a diferença de acentuação entre a série relativa e a série interrogativa. Trata-se de um fato secundário.

“quando”, implicam respectivamente as classes das denominações espaciais e temporais, e ainda aqui os conceitos são modelados sobre caracteres dessas denominações em grego: não só *nob* e *nozé* se mantêm pela simetria da sua formação reproduzida em oĩ OT8, *zob zózz*, mas fazem parte de uma classe que compreende ainda outros advérbios (do tipo de *hxdécç*, *néproaív*) ou expressões casuais que utilizam a forma do locativo (como *èv Auxícp*, *kv'ocyopS*). Não é, pois, sem razão que essas categorias se encontram enumeradas e agrupadas como são. As seis primeiras referem-se todas a formas *nominais*. É na particularidade da morfologia grega que encontram a sua unidade.

Sob a mesma consideração, as quatro seguintes formam também um conjunto: são todas categorias *verbais*. São para nós tanto mais interessantes quanto a natureza de duas delas não parece haver sido corretamente reconhecida.

As duas últimas são imediatamente claras: *noisiv*, “fazer”, com os-exemplos *zépvei*, *xáisi*, “corta, queima”; *ndaxsiv*, “sofrer”, com *zéfsvszou*, *xotíszcu*, “é cortado, é 'queimado”, manifestam as duas categorias do ativo e do passivo, e desta vez os próprios exemplos são escolhidos de maneira a sublinhar a oposição *lingüística*: é essa oposição morfológica de duas “vozes” estabelecidas em grande número de verbos gregos que transparece nos conceitos polares de *noisiv* e de *ndax&w-*

E o que foi feito das duas primeiras categorias, *ksuf̃Oou* e *8%8zv*? A própria tradução não parece fixada: alguns tomam *èxsiv* como “ter”. Qual pode ser o interesse de uma categoria como a da “posição” (*xežcr0az*)? Será um predicado tão geral como o “ativo” e o “passivo”? Será apenas da mesma natureza? E que dizer do *è^ezv* com exemplos como “está calçado, está armado”? Os intérpretes de Aristóteles parecem considerar essas duas categorias como episódicas; o filósofo as formula apenas para esgotar todas as predicções aplicáveis a um homem. “Aristóteles”, diz Gomperz, “imagina um homem de pé, diante dele, no Ginásio, por exemplo, e passa sucessivamente em revista as perguntas e as respostas que se poderiam fazer sobre ele. Todos os predicados que se podem ligar a esse sujeito caem sob um ou outro dos dez artigos desde a pergunta suprema — “qual é o objeto percebido aqui?” — até perguntas subalternas relativas

à simples aparência exterior, como: “o que é que ele tem como calçados ou como armas?” A enumeração é concebida para compreender o máximo de predicados que se podem atribuir a uma coisa ou a um ser..²⁷⁾ Essa é, tanto quanto podemos ver, a opinião dos eruditos. A acreditarmos neles, o filósofo distinguia muito mal a importância do acessório, e até mesmo dava a essas duas noções julgadas secundárias a precedência sobre uma distinção como a do ativo e do passivo.

Ainda aqui, as noções nos parecem ter um fundamento lingüístico. Tomemos em primeiro lugar o *ksigOocl* A que pode responder uma categoria lógica do *xeĩadcal* A resposta está nos exemplos citados: *oLvdaezai*, “está deitado”; *^dOrjzai*, “está sentado”. São dois espécimes de verbos médios. Sob o aspecto da língua, essa é uma noção essencial. Contrariamente ao que nos pareceria, o médio é mais importante que o passivo que dele deriva. No sistema verbal do grego antigo, tal como se mantém ainda na época clássica, a verdadeira distinção é a do ativo e do médio²⁸⁾. Um pensador grego podia, com razão, pôr no absoluto um predicado que se enunciava por uma classe específica de verbos — os que são apenas médios (os *media tantum*), e indicam entre outras a “posição”, a “atitude”. Igualmente irreduzível no ativo e no passivo, o médio notava irã maneira de ser tão característica quanto os outros dois.

O mesmo se dá com o predicado dito *è%szv*. Não se deve tomar no sentido habitual de *e/szv*, “ter”, um “ter” de posse material. O que existe de particular e, à primeira vista, desorientador, nessa categoria é focalizado pelos exemplos — *ðnoðéðszoa*, “está calçado”, *cónhozou*, “está armado” —, e Aristóteles insiste quando volta ao assunto (no cap. IX do *Tratado*); retoma a propósito de *è^szv* os mesmos exemplos, desta vez no infinitivo: *tò \moðsðéoboa*, *zò cotcàto Ocu*. A chave da interpretação está na natureza dessas formas verbais: *bnoðéðszoti* e *cónAujzai* são *perfeitos*. São mesmo, estritamente falando, perfeitos médios. Mas

27. Citado com outras opiniões semelhantes e aprovado por H. P. Cooke na introdução da sua edição das *Catégories*, Loeb Classical Library.

28. Sobre essa questão, ver um artigo do *Journal de psychologie*, 1950, p. 121 ss., reproduzido adiante, cap. 14.

a característica do médio já é assumida, como acabamos de ver, por *xeĩcrOca*, e os dois verbos que o testemunham, *àvocKsizoti* e *xaËtyraz*, diga-se de passagem, não têm perfeito. No predicado *è/szv*, e nas duas formas escolhidas para ilustrá-lo, é a categoria do perfeito que se põe em evidência. O sentido de *èfreiv* — ao mesmo tempo “ter” e, em emprego absoluto, “estar num estado determinado” — harmoniza-se perfeitamente com a diátese do perfeito. Sem entrar num comentário que facilmente se alongaria, consideremos apenas que para fazer sobressair o valor do perfeito na tradução das formas citadas, deveremos incluir a noção de “ter”; elas se tornarão, então: *vnoðsðsxoci*, “tem os calçados nos pés”; *ünÀwxau f tem as armas sobre si*. Observemos ainda que essas duas categorias, tais “como as compreendemos, se seguem na enumeração e parecem formar um par, exalamente como *noieiv* e *ndcrxsiv* que se seguem. Há, de fato, entre o perfeito e o médio gregos, diversas relações ao mesmo tempo formais e funcionais, que, herdadas do indo-europeu, formaram um sistema complexo; por exemplo, uma forma *yéyovoc*, perfeito ativo, faz par com o presente médio *yíyovopoti*. Essas relações criaram inúmeras dificuldades para os gramáticos gregos da escola estóica: ora definiram o perfeito como um tempo distinto — o *nctpocKsí/asvoç* ou o *zéAeioç* — ; ora o alinharam com o médio na classe chamada *psaózrjç*, intermediária entre o ativo e o passivo. É certo, em todo caso, que o perfeito não se insere no sistema temporal do grego e permanece à parte, indicando, conforme o caso, um modo da temporalidade ou u’a maneira de ser do sujeito. A esse título, concebe-se, tendo em vista o número de noções que só se exprimem em grego sob a forma do perfeito, que Aristóteles o tenha tornado num modo específico do ser, o estado (ou *habitus*) do sujeito.

Pode-se agora transcrever em termos de língua a lista das dez categorias. Cada uma delas é apresentada pela sua fesignação e seguida do seu equivalente: *oðcría* (“substância”), substantivo; *nooón*, *tcoióv* (“qual; em que número”), adjetivos derivados de pronome, do tipo do lat. *qualis* e *quantus*; *npóç zi* (“relativamente a que”), adjetivo comparativo; *nov* (“onde”), *nozé* (“quando”), advérbios de lugar e de tempo; *xszcrcOaz* (“estar disposto”), médio;

ἔχειν (“estar em estado”), perfeito; ποιεῖν (“fazer”), ativo; πάσχειν (“sofrer”), passivo.

Ào elaborar essa tábua das “categorias”, Aristóteles tinha em vista arrolar todos os predicados possíveis da proposição, sob a condição de que cada termo fosse significativo no estado isolado, não encaixado numa *ὀψιν ἄοιξις*, num sintagma, diríamos. Tomou inconscientemente por critério a necessidade empírica de uma *expressão* distinta para cada um dos predicados. Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, uma vez que é pelas suas diferenças que essas formas e essas classes têm uma significação lingüística. Pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres lingüísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las.

Temos assim uma resposta para a questão apresentada no início e que nos levou a esta análise. Perguntávamo-nos de que natureza eram as relações entre categorias de pensamento e categorias de língua. Na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua. É q que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito. Essa tábua dos predicados informa-nos, pois; antes de tudo, sobre a estrutura das classes de uma língua particular.

Segue-se que o que Aristóteles nos dá como uma tabela de condições gerais e permanentes é apenas a projeção conceptual de um determinado estado lingüístico. Pode-se até estender essa observação. Além dos termos aristotélicos, acima dessa categorização, se desdobra a noção de “ser” que envolve tudo. Sem ser ele mesmo um predicado, o “ser” é a condição de todos os predicados. Todas as modalidades do “ser-tal”, do “estado”, todas as idéias possíveis do “tempo”, etc. dependem da noção de “ser”. Ora, ainda aqui, é uma propriedade lingüística muito específica que esse conceito reflete. O grego não somente possui um verbo “ser” (o que não é de modo nenhum uma necessidade de toda língua), mas fez desse verbo empregos absolutamente

singulares. Encarregou-o de uma função lógica, a de cópula (o próprio Aristóteles já observava que nessa função o verbo não significa nada propriamente, que opera simplesmente uma *synthesis*) e, por isso, esse verbo recebeu uma extensão mais ampla que qualquer outro. Em suma, “ser” pode tornar-se, graças ao artigo, numa noção nominal tratada como uma coisa; possibilita a variedade, por exemplo, o seu particípio presente, ele próprio substantivado e de muitas espécies (*τὸ ὄν; οἱ ὄντες; τὸ ὄντος*); pode servir de predicado a si mesmo — como na locução *τὸ τί τίς εἶναι*, que ^{essência} ^{conceptual} ^{de uma coisa} —, sem falar na espantosa diversidade dos predicados particulares com os quais pode construir-se, mediante as formas casuais e as preposições ... Não terminaríamos de inventariar essa riqueza de empregos; trata-se, no entanto, de dados de língua, de sintaxe de derivação. Sublinhemo-lo, pois é numa situação lingüística assim caracterizada que pôde nascer e desdobrar-se toda a metafísica grega do “ser”, as magníficas imagens do poema de Parmênides e a dialética do *Sofista*. A língua não orientou evidentemente a definição metafísica do “ser” — cada pensador grego tem a sua —, mas permitiu fazer do “ser” uma noção objetivável que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito..

Perceberemos melhor que se trata aqui, antes de tudo, de um fato de língua, ao considerarmos o comportamento dessa mesma noção numa língua diferente. Há vantagem em escolher, para opô-la ao grego, uma língua de tipo totalmente diferente, pois é justamente pela organização interna dessas categorias que os tipos lingüísticos diferem mais. Precisemos somente que o que aqui comparamos são os fatos de expressão lingüística, não desenvolvimentos conceptuais.

Na língua *ewe* (falada no Togo), que escolhemos para essa confrontação, a noção de “ser” ou o que assim denominaríamos se reparte entre muitos verbos⁽²⁹⁾.

Há em primeiro lugar um verbo *nyé* que, diríamos, marca a identidade do sujeito e do predicado; enuncia “ser quem,

29. Encontram-se os pormenores dos fatos em D. Westermann, *Grammatik der Ewe-Sprache*, § 110-111; *Wörterbuch der Ewe-Sprache*, I, p. 321 e 384.

r o que”. O fato curioso é que esse *nyé* se comporta como verbo transitivo e rege um como complemento no acusativo, o que é para nós um predicado de identidade.

Um segundo verbo é *le*, que exprime propriamente a “existência”: *Mawu le*, “Deus existe”. Mas tem também um emprego predicativo; *le* emprega-se com predicados de situação, de localização, “*estar* num lugar, num estado, num tempo, numa qualidade”: *e-le nyuie*, “ele está bem”; *e-le a fi*, “ele está aqui”; *e-le ho me*, “ele está em casa”. Toda determinação espacial e temporal exprime-se assim por *le*. Ora, em todos esses empregos, *le* só existe num único tempo, o aoristo, que preenche as funções de um tempo narrativo passado e também de um perfeito presente. Se a frase predicativa que comporta o *le* deve ser posta noutro tempo, como o futuro ou o habitual, *le* é substituído pelo verbo transitivo no, “permanecer, ficar”; isso quer dizer que, de acordo com o tempo empregado, são necessários dois verbos distintos, *le* intransitivo ou *no* transitivo, para expressar a mesma noção.

Um verbo *wo*, “fazer, cumprir, produzir um efeito”, com certos nomes de matéria comporta-se como o nosso “ser” seguido de um adjetivo de matéria: *wo* com *ke*, “areia”, dá *wo ke*, “estar areento”; com *tsi*, “água”: *wo tsi*, “estar úmido”; com *kpe*, “pedra”: *wo kpe*, “estar cheio de pedras”. O que apresentamos como um “ser” de natureza é em *ewe* um “fazer”, como o francês *il fait* “du vent”, “está ventando”.

Quando o predicado é um termo de função, de dignidade, o verbo é *du*; assim, *du fia*, “ser rei”.

Enfim, com certos predicados de qualidade física, de estado, “ser” exprime-se por *di*: por exemplo *di ku*, “estar magro”, *di fo*, “ser devedor”.

Têm-se, assim, praticamente cinco verbos distintos para corresponder aproximativamente às funções do nosso verbo “ser”. Não se trata de uma divisão de uma mesma área semântica em cinco porções, mas de uma distribuição que acarreta uma combinação diferente, até mesmo nas noções vizinhas. Por exemplo, as duas noções de “ser” e de “ter” são para nós tão distintas quanto os termos que as enunciaram. Ora, em *ewe*, um dos verbos citados, *le*, verbo de existência, unido a *asi*, “na mão”, forma uma locução, *le asi*, literalmente “estar na

mão”, que é o equivalente mais usual do nosso “ter”: *ga le asi-nye* (lit. “dinheiro está na minha mão”), “tenho dinheiro”.

Essa descrição de estado de coisas em *ewe* comporta uma parte de artifício. Faz-se pelo prisma da *nossa* língua e não, como se deveria, nos quadros da própria língua. No interior da morfologia ou da sintaxe *ewe*, nada aproxima esses cinco verbos entre eles. É com relação aos nossos próprios usos lingüísticos que lhes descobrimos qualquer coisa em comum. Mas aí está justamente a vantagem dessa comparação “egocentrista”; esclarece-nos sobre nós mesmos; mostra-nos, nessa variedade de empregos de “ser” em grego, um fato próprio das línguas indo-européias, e de nenhum modo uma situação universal nem uma condição necessária. Seguramente, os pensadores gregos, por sua vez, agiram sobre a língua, enriqueceram as significações, criaram novas formas. Foi, certamente, de uma reflexão filosófica sobre o “ser” que surgiu o substantivo abstrato derivado de *eivai*; vemo-lo criar-se ao longo da história: em primeiro lugar como *èooícL* no pitagorismo dórico e em Platão, depois como *oivíot*, que se impôs. Tudo o que se quer mostrar aqui é que a estrutura lingüística do grego predisponha a noção de “ser” a uma vocação filosófica. Ao contrário, a língua *ewe* oferece-nos apenas uma noção estreita dos empregos particularizados. Não saberíamos dizer que lugar ocupa o “ser” na metafísica *ewe*, mas *a priori* a noção deve articular-se de maneira inteiramente diferente.

Faz parte da natureza da linguagem o prestar-se a duas ilusões em sentido oposto. Por ser assimilável, por consistir-se de um número sempre limitado de elementos, a língua dá a impressão de ser apenas um dos intermediários possíveis do pensamento, que, livre, auto-suficiente, individual, emprega a linguagem como instrumento seu. De fato, se tentamos atingir os quadros próprios do pensamento» só nos apoderamos das categorias da língua. A outra ilusão é o inverso. O fato de que a língua seja um conjunto ordenado, de que revele um plano, incita a procurar no sistema formal da língua o decalque de uma “lógica” que seria inerente ao espírito e, pois, exterior e anterior à língua. Na verdade só se constróem assim ingenuidades ou tautologias.

Sem dúvida, não é fortuito o fato de que a epistemologia moderna não tente constituir uma tábua das categorias. É mais

produtivo conceber o espírito como virtualidade que como quadro, como dinamismo que como estrutura. É inegável que, submetido às exigências dos métodos científicos, o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas lingüísticas particulares. O pensamento chinês pede muito bem haver inventado categorias tão específicas como o *tao*, o *yin* e o *yan*: nem por isso é menos capaz de assimilar os conceitos da dialética materialista ou da mecânica quântica sem que a estrutura da língua chinesa a isso se oponha. Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O voo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua.

CAPÍTULO 7

*observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana*³⁰

Na medida em que a psicanálise quer apresentar-se como ciência, temos base para pedir-lhe contas do seu método, dos seus meios, do seu propósito, e de compará-los com os das “ciências” reconhecidas. Quem pretende discernir os processos de raciocínio sobre os quais repousa o método analítico é levado a uma comprovação singular. Da perturbação comprovada até a cura, tudo se passa como se não houvesse em jogo nada — de material. Não se pratica nada que se preste a uma verificação objetiva. Não se estabelece, de uma indução à seguinte, essa relação de causalidade visível que se procura num raciocínio científico. Quando, ao contrário do psicanalista, o psiquiatra tenta reduzir a perturbação a uma lesão, a sua tentativa tem pelo menos a aparência clássica de uma pesquisa que remonta à “causa” para tratá-la. Nada de semelhante na técnica analítica. Para quem não conhece a análise a não ser nas relações dadas por Freud (o que é o caso do autor destas páginas) e considera menos a eficácia prática — que aqui não está em jogo — do que a natureza dos fenômenos e as relações que lhes atribuímos,

30. *La psychanalyse*, I (1956).

As referências aos textos de Freud serão feitas sob as seguintes abreviações: *G. W.* com o número do volume para os *Gesammelte Werke*, edição cronológica dos textos alemães, publicada em Londres, Imago Publishing; *S. E.* para o texto inglês da *Standard edition* em curso de publicação em Londres por Hogarth Press; *C. P.* para o texto inglês dos *Collected papers*, Londres, Hogarth Press. As traduções francesas encontram-se nas edições P.U.F., salvo indicação contrária.